21 a 22 agosto 2025
CAMPINAS
VALENCIA
19 a 20 junho 2025
XVII SIIU
Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo
DOI: 10.5821/siiu.14476

DECLÍNIO POPULACIONAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO

Estudo de caso sobre o abandono das zonas rurais em Olaria-MG

VALERIANO, Nivalda[1]
STEPHAN, Ítalo[2]

Abstract
The population decline in small-sized municipalities and the progressive abandonment of rural properties have led to profound transformations in the Brazilian territory, particularly in inland areas. This study investigates the interaction between rurality and urbanization, highlighting rural-to-urban migration and demographic decline as key factors shaping these socio-spatial dynamics. The focus is on Olaria-MG, a municipality that exemplifies the challenges faced by sparsely populated localities in retaining inhabitants, particularly young people, due to the centralization of services and opportunities in larger urban centers. The methodology includes a literature review, demographic and economic data analysis, as well as a case study based on secondary data and field visits. Preliminary results indicate that the absence of effective public policies exacerbates rural vulnerability, fostering dependence on external markets and weakening local economic structures. However, rural and nature-based tourism emerge as potential strategies for territorial revitalization, although the analysis of opportunities for strengthening the local economy and retaining the population remains preliminary.

Keywords: *Population decline, small-sized municipalities, rurality, territorial planning.*

Resumo
A redução populacional em municípios de pequeno porte demográfico e o abandono progressivo de propriedades rurais têm gerado profundas transformações no território brasileiro, especialmente em áreas interioranas. Este estudo investiga a interação entre ruralidade e urbanização, destacando a migração campo-cidade e o declínio demográfico como fatores relevantes dessas dinâmicas socioespaciais. O foco recai sobre Olaria-MG, município que exemplifica as dificuldades enfrentadas por localidades pouco populosas na retenção de habitantes, especialmente jovens, devido à centralização de serviços e oportunidades em centros urbanos maiores. A metodologia inclui revisão bibliográfica, análise de dados demográficos e econômicos, bem como um estudo de caso baseado em dados secundários e visitas de campo. Os resultados preliminares indicam que a ausência de políticas públicas eficazes agrava a vulnerabilidade rural, promovendo a dependência de mercados externos e a desarticulação econômica local. No entanto, o turismo rural e de natureza despontam como potenciais estratégias de revitalização territorial, embora a análise a respeito das oportunidades para o fortalecimento da economia local e a retenção da população seja tratada apenas de forma preliminar.

[1] Mestra em Arquitetura e Urbanismo (Laboratório de Pesquisa em Urbanidades e Patrimônio – PUPA, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa), https://orcid.org/0009-0004-4295-378X, Brasil, nivalda.valeriano@ufv.br.
[2] Doutor em Arquitetura e Urbanismo (Laboratório de Pesquisa em Urbanidades e Patrimônio – PUPA, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa), https://orcid.org/0000-0003-2893-7906, Brasil, stephan@ufv.br.

Palavras-chave: *Declínio populacional, municípios de pequeno porte demográfico, ruralidade, planejamento territorial.*

Área temática: *Território.*

Subárea temática: *Ruralidade e relação campo e cidade: densidade demográfica, agricultura familiar, segurança alimentar, abastecimento, turismo rural, cinturões verdes, e parques agrários.*

1. Introdução

A redução populacional em municípios de pequeno porte demográfico e o abandono progressivo de propriedades rurais têm gerado transformações significativas no território brasileiro, particularmente em regiões interioranas. Esse fenômeno desafia o papel desses municípios no sistema urbano nacional e revela novas dinâmicas de urbanização e ruralidade diante dos desafios contemporâneos. Este artigo investiga as interações entre ruralidade e urbanização, com ênfase na migração campo-cidade e no declínio demográfico, analisando como o abandono de terras rurais se torna um fator estruturante das transformações socioespaciais. Também são discutidos os desafios enfrentados por municípios pouco populosos, como a escassez de investimentos, a ausência de planejamento sustentável, a precariedade de recursos técnicos e humanos, além das dificuldades em acessar financiamentos para dinamizar suas economias. Ao explorar essas questões, o artigo busca contribuir para o debate sobre os municípios pouco populosos e sua relação com o meio rural, ressaltando a necessidade de um planejamento territorial que considere as especificidades e potencialidades locais.

O objeto de estudo do artigo, Olaria, é um município localizado na Zona da Mata Mineira, nas regiões imediata e intermediária de Juiz de Fora, com uma população de 1.945 habitantes, conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2022. Com uma área territorial de 178,242 km², o município possui relevo montanhoso composto por ramificações da Serra da Mantiqueira. A cidade, que hoje compreende a sede municipal de Olaria, surgiu como ponto de parada para bandeirantes e tropeiros no contexto da mineração em Minas Gerais. A emancipação política ocorreu em 1962, quando o distrito de Olaria (que pertencia à Lima Duarte), foi elevado à categoria de município. Atualmente, sua economia baseia-se na agricultura, pecuária e pequeno comércio, segundo o website da Prefeitura Municipal, destacando-se o turismo como importante vocação, especialmente após a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.

A metodologia adotada para esta pesquisa é composta por múltiplas etapas, abrangendo abordagens qualitativas e quantitativas para a análise do município em estudo. Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico com o objetivo de fundamentar teoricamente as discussões sobre municípios de pequeno porte demográfico, declínio populacional, ruralidade e agricultura familiar. Essa revisão permitirá a construção de um referencial teórico que contextualize as particularidades do município analisado dentro de um quadro mais amplo.

Em seguida, será conduzida uma análise de dados demográficos e econômicos, utilizando fontes secundárias, como os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de órgãos estaduais e municipais. Serão avaliados os impactos dessas transformações na manutenção da produção agrícola e na empregabilidade, com especial atenção à permanência da população jovem. Embora o estudo busque identificar desafios e limitações, as oportunidades para o fortalecimento da economia local e a retenção da população serão abordadas de maneira preliminar.

2. Objetivos

Este estudo tem como objetivo geral analisar as interações entre ruralidade e urbanização no município de Olaria-MG, com ênfase no declínio populacional e no abandono de terras rurais, investigando os impactos dessas dinâmicas na organização territorial e na economia local. Para alcançar esse propósito, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

Investigar os fatores que contribuem para o declínio populacional e o abandono de propriedades rurais no município de Olaria-MG.

Avaliar os impactos dessas transformações na estrutura socioeconômica local, enfocando a produção agrícola e a sustentabilidade das atividades econômicas, especialmente aquelas relacionadas à agricultura familiar.

Analisar as políticas públicas direcionadas ao meio rural, identificando limitações e desafios enfrentados, sem abordar de forma extensiva as oportunidades para o fortalecimento da economia local e a retenção da população.

3. Referencial Teórico

3.1. Municípios de pequeno porte demográfico

Dada a especificidade do objeto de estudo, é imprescindível compreender a definição de municípios de pequeno porte demográfico. O Brasil possui um total de 5.570 municípios e, conforme os dados do IBGE, 2022, 1288 deles possuem menos de 5.000 habitantes. Observa-se que aproximadamente 23,1% dos municípios brasileiros se enquadram nessa categoria, o que suscita a seguinte questão: quais são os critérios, interesses e transformações institucionais que influenciaram o processo de criação de municípios no Brasil?

O processo de emancipação municipal no Brasil configurou-se como uma dinâmica complexa, predominantemente influenciada por interesses políticos. A evolução histórica das emancipações evidencia uma constante adaptação às mudanças institucionais, alternando entre períodos de maior flexibilidade e fases de rigor normativo, refletindo tanto as demandas locais e estaduais quanto as pressões da sociedade civil por melhorias socioeconômicas. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar as especificidades dos municípios pouco populosos, considerando suas funções e desafios no contexto político, econômico e territorial brasileiro.

Endlich (2009) argumenta que, para a emancipação municipal, é essencial a realização de estudos de viabilidade, abrangendo os aspectos econômico-financeiro, político-administrativo e socioambiental urbano. Uma vez que a instituição municipal implica na presença de uma infraestrutura básica, incluindo serviços e equipamentos públicos essenciais, que desempenham papel relevante nas pequenas localidades e em seu entorno.

A discussão sobre municípios pouco populosos, pequenas cidades, distritos e vilas enfrenta diversos desafios, dentre os quais destaca-se a escassez de dados estatísticos desagregados. As informações disponíveis, em geral, contemplam apenas a totalidade do município, sem distinção clara entre a sede municipal, distritos e vilas. Ademais, a produção acadêmica sobre o tema ainda é limitada, mesmo que contribuições relevantes já tenham sido realizadas. Outra questão crítica refere-se às divergências conceituais entre os termos "município" e "cidade", frequentemente utilizados como sinônimos. Assis e Araújo (2009) ressaltam que é comum a confusão terminológica, na qual a expressão "cidades pequenas" é empregada para se referir a "municípios pequenos" sem a devida precisão conceitual.

De maneira geral, os municípios de pequeno porte demográfico caracterizam-se por uma estreita relação entre os espaços urbano e rural, refletindo a centralidade do campo como produtor de alimentos, enquanto a sede municipal desempenha papel institucional e de sociabilidade. A interdependência entre os dois espaços é marcante, com grande parcela da população urbana mantendo atividades agrícolas para subsistência, promovendo uma dinâmica pendular cotidiana (Franklin, 2019). Ademais, enfrentam desafios estruturais, tais como dificuldades na atração de investimentos externos, infraestrutura urbana e institucional precária, baixa densidade populacional, limitação na geração de parcerias e inovação, êxodo populacional e desqualificação profissional em razão da escassez de oportunidades de emprego, além de mercados locais restritos, com baixa capacidade de valorização dos produtos endógenos (Valeriano, 2025).

Carneiro e Stephan (2021) alertam ainda que esses municípios enfrentam desafios expressivos, tais como escassez de recursos financeiros e técnicos, isolamento geográfico e limitações no acesso a serviços básicos, agravados por gestões municipais frequentemente pautadas por interesses pessoais. Essas limitações impactam diretamente o planejamento e a implementação de políticas públicas, restringindo o desenvolvimento local e comprometendo a qualidade de vida da população.

3.2. Migração campo-cidade e desruralização no Brasil

A desruralização no Brasil é um processo socioespacial marcado por intensas transformações econômicas, demográficas e culturais, impulsionado principalmente pelo êxodo rural e pela

modernização da agricultura. Esse fenômeno reflete-se na diminuição da população residente no meio rural e na reorganização territorial, com impactos significativos na produção agrícola, na manutenção da população jovem e na estrutura econômica dos municípios de pequeno porte demográfico.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil viveu um intenso processo de êxodo rural; aproximadamente 27 milhões de pessoas deixaram o campo rumo às cidades. Esse movimento migratório de grande escala, impulsionado pela modernização da agricultura e pela urbanização acelerada, posicionou o país entre os que mais experimentaram transformações demográficas desse tipo no mundo. Desde 1950, a cada década, cerca de um terço da população rural brasileira optou pela migração, especialmente os jovens, o que resultou no envelhecimento e na masculinização da população que permaneceu no campo. A participação feminina nesse processo foi particularmente relevante, conforme apontado por Ravenstein (1885), cuja clássica "lei das migrações rurais" afirma que as mulheres tendem a migrar mais que os homens.

A população rural brasileira atingiu seu ápice em 1970, com 41 milhões de habitantes (44% do total nacional). Desde então, tem-se observado um declínio populacional contínuo, que em 2022 alcançou o percentual de 812,6% da população nacional. A Tabela 1 apresenta os índices percentuais da população urbana e rural no Brasil de 1950 até 2022.

Tabela 1. *Porcentagem da população urbana e rural no Brasil – 1950 até 2022.* Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.Elaborado pelos autores (2025)

Porcentagem da população urbana e rural no Brasil – 1950 até 2022			
Ano	População Total	População Urbana (%)	População Rural (%)
1950	51.941.767	36,2	63,8
1960	70.070.457	44,7	55,3
1970	93.139.037	55,9	44,1
1980	119.002.706	67,6	32,4
1991	146.825.475	75,6	24,4
2000	169.799.170	81,2	18,8
2010	190.755.799	84,4	15,6
2022	203.062.512	87,4	12,6

A desruralização impacta diretamente a organização territorial dos municípios de pequeno porte demográfico, que enfrentam desafios relacionados à manutenção da população jovem e à sustentabilidade econômica. A migração campo-cidade tem se intensificado nas últimas décadas e essa dinâmica não apenas redistribui a população, mas também redefine as configurações sociais e econômicas nas áreas afetadas, tornando essenciais as discussões sobre o impacto e a adaptação às novas realidades urbanas. O êxodo rural reduz a oferta de mão de obra local e provoca um esvaziamento das áreas rurais, favorecendo a concentração fundiária e o abandono de pequenas propriedades familiares.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a alteração funcional das áreas rurais, que passam a incorporar atividades não agrícolas, como o turismo rural e o turismo de natureza, valorizando aspectos patrimoniais e culturais. A pluriatividade familiar torna-se uma estratégia de adaptação e sobrevivência, diante da diminuição da viabilidade econômica da agricultura de pequena escala. Por outro lado, o abandono de terras e a degradação de áreas antes produtivas configuram novos desafios territoriais.

Como um fenômeno multifacetado e dinâmico, a desruralização no Brasil trata-se de um processo que demanda políticas públicas eficazes que promovam o desenvolvimento rural sustentável e integrem estratégias de valorização do patrimônio local e de diversificação econômica. O planejamento territorial que considera a multifuncionalidade do meio rural pode ser um caminho para enfrentar os desafios impostos pelo êxodo rural e garantir melhores condições de vida para a população que permanece no campo.

3.3. Vulnerabilidade Rural: o abandono do campo em Minas Gerais

O envelhecimento e a masculinização da população rural são fenômenos amplamente discutidos no contexto da agricultura familiar no Brasil. Em Minas Gerais, esses processos são particularmente evidentes em municípios com menos de 10.000 habitantes. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o estado enfrenta uma realidade demográfica que reflete a redução da população jovem no meio rural, o êxodo rural e a diminuição da taxa de fecundidade. Esses fatores têm contribuído para um envelhecimento progressivo da população rural e dificultado a sucessão familiar, um aspecto central para a continuidade da agricultura familiar, que depende da transmissão de saberes e práticas agrícolas de geração para geração.

A agricultura familiar é definida pela "gestão familiar dos meios de produção, onde a família não apenas detém a propriedade da terra, mas também é responsável pelo trabalho no estabelecimento" (Wanderley, 1996, p. 2). Esse modelo de produção tem sido crucial para a manutenção das atividades agrícolas em muitos municípios mineiros. No entanto, a diminuição da mão de obra jovem no campo e a dificuldade de sucessão familiar têm representado desafios significativos para a continuidade dessa forma de produção. A transmissão do saber na agricultura familiar ocorre de maneira oral e prática, dentro do ambiente de trabalho, e é fundamental para a reprodução da atividade agrícola e da estrutura familiar. Esse saber é essencial para a manutenção da hierarquia e da estrutura social no campo, sendo transmitido pelos patriarcas, que detêm o conhecimento técnico, aos filhos e outros membros da família. Segundo Woortmann e Woortmann (1997, p. 13), o "pai patrão" é o detentor de um saber que o autoriza a dirigir o processo de trabalho da família. Esse saber é transmitido à "força-de-trabalho", aos filhos que, ao trabalhar, constituem-se também em "conhecedores plenos".

A continuidade da agricultura familiar depende não apenas da preservação dos saberes tradicionais, mas também da criação de políticas públicas que incentivem a permanência dos jovens no campo. A valorização da agricultura como uma atividade de desenvolvimento sustentável, aliada à adaptação das práticas rurais às novas dinâmicas demográficas e sociais, pode ajudar a mitigar os impactos do envelhecimento e da masculinização da população rural. A transmissão de saberes agrícolas e a promoção de uma sucessão familiar bem-sucedida são essenciais para garantir a continuidade e a vitalidade da agricultura familiar, que é uma das bases para a economia rural em muitos municípios brasileiros.

4. Estudo de Caso e Resultados

4.1. Olaria: breve caracterização e contexto histórico

O município de Olaria está situado nas Regiões Intermediária e Imediata de Juiz de Fora, conhecida como Zona da Mata Mineira, às margens da rodovia Vital Brazil (BR-267). De acordo com o IBGE 2022, possui uma população de 1.945 habitantes e uma área territorial de 178,42 km², resultando em uma densidade demográfica de 10,90 habitantes por quilômetro quadrado. De acordo com o site da prefeitura municipal, a economia local é fundamentada na agricultura, na pecuária e no pequeno comércio, com o turismo emergindo como uma das principais vocações econômicas do município após a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira (PESNM).



Fig. 1 *Vista panorâmica da sede do município de Olaria – MG.* Fonte: acervo do fotógrafo Maicon Bukater, (2023)

A origem de Olaria remonta ao período colonial, pois o povoado que hoje é compreendido pela sede municipal se consolidou como um ponto de descanso para tropeiros e viajantes, além de funcionar como entreposto para o reabastecimento de tropas no trajeto que interligava a região aurífera de Minas Gerais à cidade do Rio de Janeiro. Com o declínio da mineração, a economia local passou por um processo de diversificação, destacando-se a pecuária bovina e suína, bem como o cultivo e a comercialização de gêneros alimentícios básicos, como milho, feijão e mandioca (Paula, 2024).

Ao longo de sua história, Olaria esteve subordinada administrativamente aos municípios de Barbacena, Rio Preto e Lima Duarte, sucessivamente. Sua emancipação política ocorreu em 30 de dezembro de 1962, por meio da Lei Estadual nº 2.764, tendo a instalação oficial do município ocorrido em 1º de março de 1963, data em que foram iniciados os trabalhos da Câmara de Vereadores e da Prefeitura.

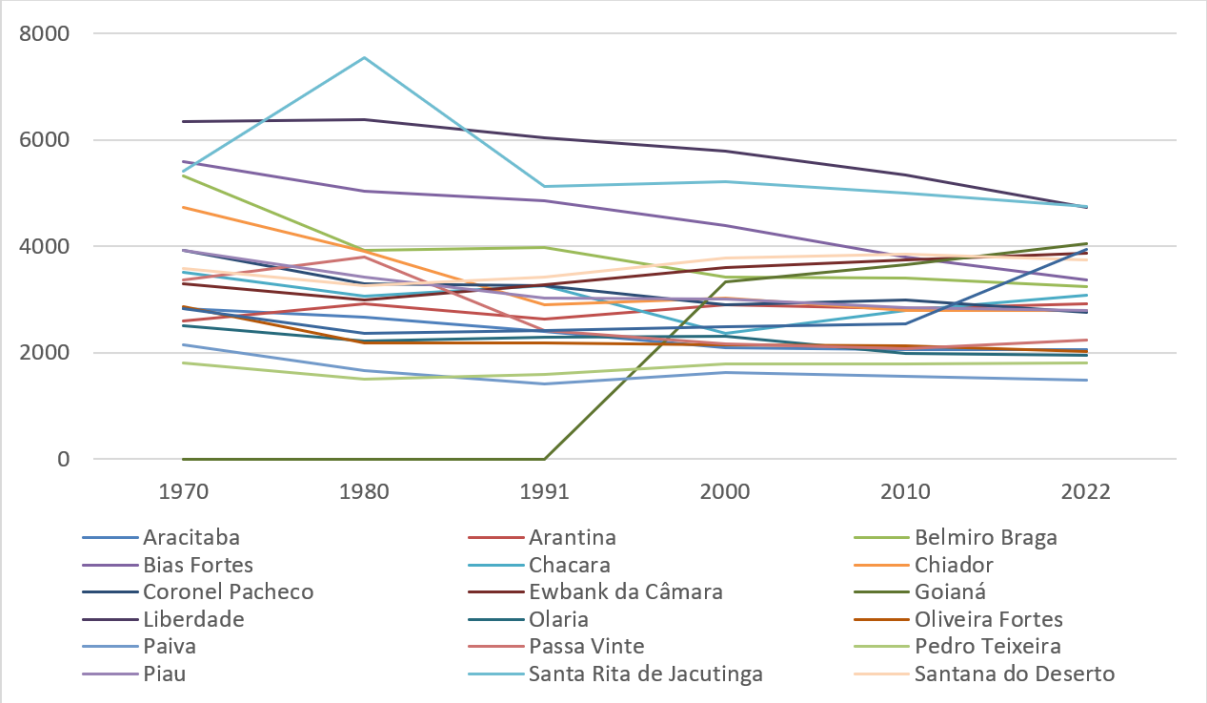
4.2. População rural e população urbana: Olaria e cidades do entorno

A análise do contexto socioeconômico e demográfico de Olaria-MG revela um quadro de fragilidade e contradições, caracterizado pela perda progressiva de população rural, migração para os centros urbanos e a falta de políticas públicas eficazes para o estímulo à atividade rural. Como muitas outras pequenas cidades do interior de Minas Gerais, Olaria enfrenta desafios significativos relacionados à ausência de perspectivas econômicas.

A partir da análise de dados do censo do IBGE (2022), observa-se uma tendência generalizada de diminuição da população em municípios de pequeno porte demográfico. O Gráfico 1 ilustra a dinâmica populacional de 19 municípios mineiros pertencentes à Região Imediata de Juiz de Fora – de um total de 29 – que, incluindo Olaria, registraram menos de 5.000 habitantes no último censo.

DOI: 10.5821/siiu.14476

Gráfico 1. *Variação da população municipal nas cidades de pequeno porte demográfico da Região Imediata de Juiz de Fora.* Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaborado pelos autores (2025)



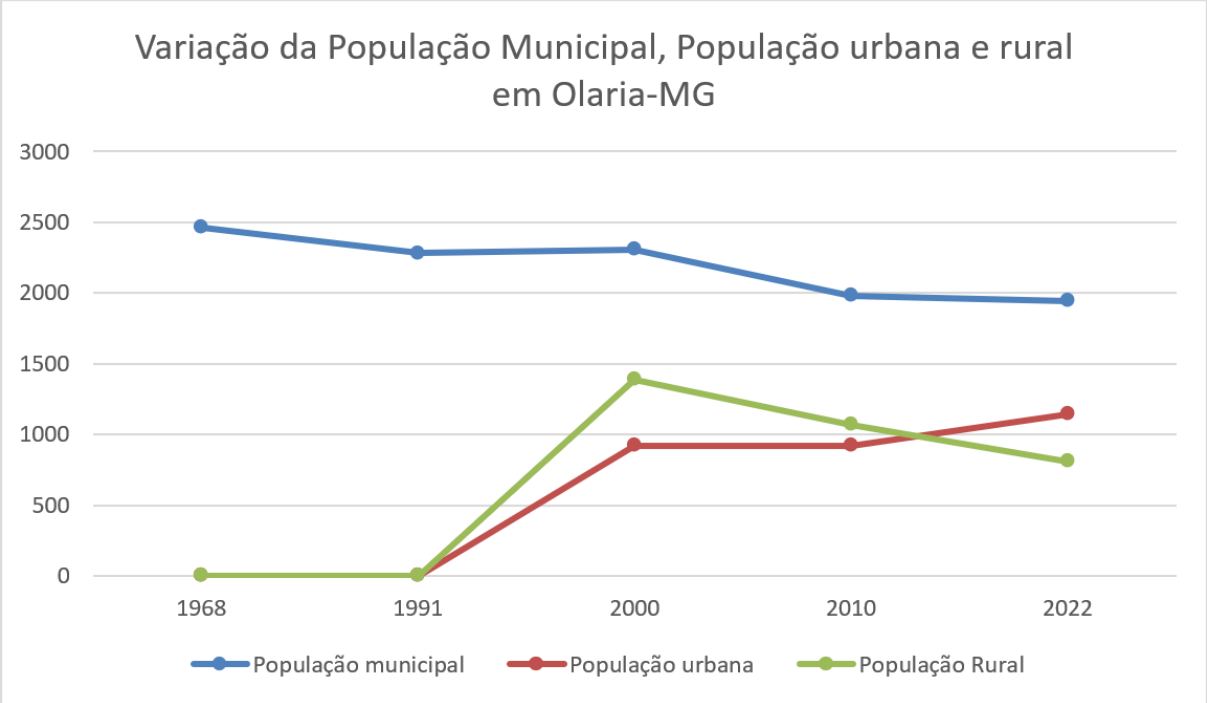
A Tabela 2 complementa o gráfico ao evidenciar a transição demográfica nos municípios analisados, destacando o crescimento da população urbana e a redução da população rural entre 2010 e 2022. Em praticamente todas as localidades, observa-se um aumento expressivo da população urbana, como em Belmiro Braga e Santana do Deserto, enquanto a população rural diminui significativamente, como em Bias Fortes e Chiador. Apesar dessa redistribuição interna, a população total dos municípios permanece relativamente estável ou apresenta pequenas variações, sugerindo que o êxodo rural não necessariamente implica um crescimento populacional geral, mas sim uma reorganização espacial da população. Esses dados reforçam a tendência de urbanização e a perda de relevância da população rural, fenômeno associado à ideia de busca por melhores oportunidades de trabalho e infraestrutura nos centros urbanos.

Tabela 2. *Evolução da população Urbana e Rural nos Municípios da Zona Imediata de Juiz de Fora entre 2010 e 2022.* Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaborado pelos autores (2025)

Evolução da População Urbana e Rural nos Municípios entre 2010 e 2022						
Município	**População Urbana**		**População Rural**		**População Total**	
	2010	2022	2010	2022	2010	2022
Aracitaba	1641	1707	417	342	2058	2049
Arantina	2633	2679	190	236	2823	2915
Belmiro Braga	1099	1888	2304	1356	3403	3244
Bias Fortes	1499	1556	2294	1805	3793	3361
Chacará	1903	2284	885	791	2792	3075
Chiador	1486	2099	1299	701	2785	2800
Coronel Pacheco	2145	1833	838	929	2983	2762
Ewbank da Câmara	3459	3688	294	187	3753	3875
Goianá	2969	3152	690	901	3659	4053
Liberdade	3869	3477	1477	1260	5346	4737
Olaria	917	1140	1059	805	1976	1945
Oliveira Fortes	1177	1220	946	807	2123	2027
Paiva	1219	1173	339	301	1558	1474
Passa Vinte	1305	1496	774	737	2079	2233
Pedro Teixeira	965	1261	820	549	1785	1810
Piau	1670	1658	1171	1138	2841	2796
Santa Rita de Jacutinga	3754	3752	1239	1003	4993	4755
Santana do Deserto	1404	2624	2456	1123	3860	3747
Simão Pereira	1496	1827	1041	1120	2537	2947
Tons avermelhados: menor população – Tons azulados: maior população						

Em Olaria, o Gráfico 2 confirma uma transformação significativa no perfil demográfico do município, no qual a partir do final dos anos 2000 e início de 2010, observa-se uma queda acentuada da população, e a mais recente estatística mostra que, pela primeira vez, a maior parte da população do município é considerada urbana. A perda de população no campo é associada ao abandono das propriedades rurais, ausência de mão de obra no campo e baixo incentivo por meio de políticas públicas aos produtores rurais.

Gráfico 2. *Variação da população municipal, população urbana e rural em Olaria-MG.* Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaborado pelos autores (2025)



Essa situação reflete uma questão comum aos municípios de pequeno porte demográfico: a migração de jovens para centros urbanos maiores em busca de melhores oportunidades educacionais e de trabalho. A pirâmide etária apresentada na Figura 2 revela que a população jovem de Olaria, especialmente no grupo etário de 15 a 29 anos, representa uma proporção menor em relação a outras faixas etárias, como a de adultos de 30 a 54 anos. Esse dado é especialmente relevante ao se observar que, idealmente, essa faixa etária (15 a 29 anos) costuma ser numericamente expressiva em populações com crescimento equilibrado ou em expansão.

Essa diminuição relativa da população jovem indica um processo de migração seletiva, em que os jovens deixam o município em busca de melhores condições de vida, especialmente relacionadas ao acesso à educação, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, ausentes ou limitadas em municípios de pequeno porte como Olaria.

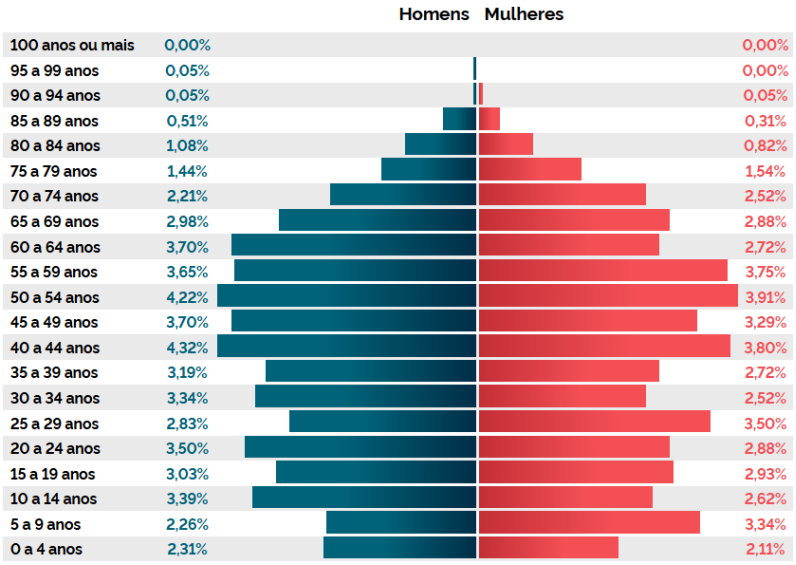


Fig. 2 *Pirâmide Etária, Olaria/MG.* Fonte: IBGE (2022)

Este quadro é corroborado pela observação de que, ao invés de se promover a agricultura como uma fonte vital de geração de emprego e renda, muitas propriedades rurais em Olaria têm sido convertidas em segunda residência ou pequenas propriedades alugadas para lazer. A transformação da terra, antes voltada à produção agrícola, em espaços para o turismo ou o lazer, reflete a ausência de incentivos à manutenção da atividade rural e a incapacidade do município de reter sua população rural.

Ademais, a legislação local apresenta um contraditório que revela ainda mais a incoerência das ações do poder público. A Lei Municipal 814 (Prefeitura Municipal de Olaria,2022), que define a maior parte do território municipal como área de expansão urbana, permite que qualquer área considerada rural se transforme em área urbana mediante solicitação do proprietário. Essa decisão reflete uma estratégia de crescimento urbano sem a devida integração com a realidade da população rural, que continua a enfrentar a falta de políticas públicas de incentivo e apoio à permanência no campo.

Por outro lado, o investimento em estratégias de turismo rural agregadas ao segmento do turismo de natureza, que pode crescer potencialmente em Olaria em virtude da criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, é uma alternativa para manutenção da população no campo e, principalmente da população jovem, que pode se interessar e se inserir nesse novo contexto de oportunidades. A literatura aponta que iniciativas de turismo rural, quando bem implementadas, não somente melhoram a economia local, mas também promovem a valorização cultural e a fixação da população.

Em suma, a análise de Olaria-MG revela um cenário de desafios que envolvem a perda da população rural, a falta de perspectivas de futuro para os jovens no campo e a fragilidade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Ao mesmo tempo, a estratégia de expansão urbana sem considerar as especificidades do município e a transformação de propriedades rurais em espaços urbanos evidenciam a falta de uma visão integrada e de longo prazo para o desenvolvimento sustentável e equilibrado do município. A ausência de políticas públicas eficazes para a manutenção da atividade rural, aliada à desvalorização do campo e à falta de incentivo à sucessão familiar, coloca em risco a sobrevivência das práticas agrícolas locais e o bem-estar da população rural de Olaria. O estudo dessa realidade é essencial para compreender os desafios que os municípios pouco populosos enfrentam, em um contexto de globalização e urbanização, e para pensar em soluções que promovam o equilíbrio entre o crescimento urbano e a preservação da agricultura familiar.

5. Conclusões

A análise do município de Olaria-MG revela um panorama complexo em que o declínio populacional e o abandono de propriedades rurais estão intrinsecamente conectados às dinâmicas de urbanização e à centralização de serviços em centros urbanos maiores. Os dados evidenciam que, à medida que os jovens buscam oportunidades em cidades maiores, as áreas rurais enfrentam um processo acentuado de despovoamento, o que não só desfavorece a agricultura familiar, mas também compromete a vitalidade econômica local. Este fenômeno ressalta a necessidade urgente de políticas públicas que visem à retenção da população jovem e que fomentem o empreendedorismo rural como um meio de revitalização das economias locais.

Além disso, a ausência de um planejamento integrado e de investimentos direcionados tem limitado a capacidade desses municípios de se adaptarem e enfrentarem as demandas contemporâneas. As limitações no acesso a recursos técnicos e financeiros aumentam a vulnerabilidade das comunidades rurais. Portanto, é imperativo que os gestores públicos adotem uma abordagem integrada, que considere tanto a preservação da agricultura familiar quanto a diversificação econômica por meio do turismo rural e de atividades complementares.

Finalmente, o estudo de Olaria-MG serve como um caso de referência para outros municípios de pequeno porte demográfico brasileiros que enfrentam desafios semelhantes. A compreensão das dinâmicas locais de ruralidade e urbanização não só fornece uma base para ações mais eficazes, mas também destaca a importância da participação comunitária no processo de planejamento. A implementação de uma estratégia que alinhe o potencial rural com as necessidades urbanas poderá revolucionar a forma como os pequenos municípios se desenvolvem, tornando possível uma coexistência harmoniosa entre o campo e a cidade e promovendo um futuro mais sustentável e inclusivo.

6. Referências

BAUDEL WANDERLEY, M. N. (1996). *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Trabalho apresentado no 20º Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de trabalho “Processos sociais agrários”. Caxambu, 22–26 outubro (paper).

CAMPOS VALERIANO, N. M. (2025). *A produção do espaço urbano em Conceição de Ibitipoca, Lima Duarte/MG: os efeitos do turismo na Vila no entorno do Parque Estadual de Ibitipoca*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Viçosa, MG.

ENDLICH, A. M. (2009). *Enquadramento territorial, pequenas cidades e a viabilidade municipal*. Trabalho apresentado no Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. Universidade Estadual do Sudeste da Bahia. Vitória da Conquista, 23–25 novembro (paper).

FRANCISO DE ASSIS, L. e FERREIRA DE ARAÚJO, F. (2009). A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLARIA. (2022). Lei Municipal nº 8142022, dispõe sobre a ordenação territorial do município de Olaria, Minas Gerais. *Texto aprovado em 04 de agosto de 2022*. Câmara Municipal de Olaria.

MAGALHÃES CARNEIRO, C. e CAIXEIRO STEPHAN, I. I. (2021). Planejamento urbano intermunicipal. *Revista Arquitextos.* Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.251/8046. (Acesso: 20/01/2025).

PAULA, E. (s.d.). M. *História de Olaria*. Prefeitura Municipal de Olaria. https://www.olaria.mg.gov.br/historia/. (Acesso: 20/01/2025).

RAVENSTEIN, E. G. (1980). As leis da migração. Em MOURA, H. A. de (Org.). *Migração interna – textos selecionados.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

WOORTMANN, E. e WOORTMANN, K. (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

ZANUTI FRANKLIN, A. *A gestão do patrimônio cultural em pequenas cidades históricas: Manhumirim, MG (1997–2017)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Viçosa, MG